

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 2



“AD DEXTERAM DEI”: A LIGA ELEITORAL CATÓLICA NO CONTEXTO PRÉ-CONCILIAR (1955-1963), UMA ABORDAGEM A PARTIR DO CASO PONTA-GROSSENSE

ENGUEL, Ricardo Gonçalves¹

¹Licenciado em História e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Introdução

Os anos 50 testemunharam a reconfiguração da sociedade brasileira pós-guerra. Sustentando, ainda que claudicante, a inicial democracia, a década conduziu o Brasil à industrialização, inovações econômicas internacionais e pluralismo partidário. Junto aos traços da remodelação urbano-industrial, novos contornos e estratégias passaram a ser percebidos na arquitetura das edificações, na economia, na cultura, na educação, na política e nas religiosidades. Tendo ampla vantagem sobre a recém-chegada televisão, o rádio disparava como principal veículo de comunicação em massa e, ao lado da mídia impressa, chegava até a casa dos moradores com certa periodicidade.

Essa nova dinâmica social, passou a levar significativa parcela da população rural para os grandes centros, afetando não só o espaço das cidades como também os projetos eclesiais estruturados pela Igreja Católica. O receio de perder o domínio hierárquico sobre a parte alocada nos centros urbanos, principalmente no meio sindical onde os comunistas eram atuantes, culminou em inúmeras crises internas à instituição católica. Sob vigência do programa político-religioso da *Restauração Católica*, os anos que antecederam o Concílio Vaticano II foram de idas e vindas no seio da Igreja.

Em Ponta Grossa, cidade dos Campos Gerais que encerrou os anos 50 com cerca de 89 948¹⁶ habitantes, as discussões a respeito da modernidade não ficavam fora das rodas de conversas entre os populares. Muito disso, graças às colunas dos periódicos locais, sobretudo o Diário dos Campos — o Jornal da Manhã somente circularia a partir de 1954 — que repercutiam o assunto em suas páginas. A própria Igreja Católica, importante instituição local, estabelecia a mídia impressa como canal de comunicação junto à sociedade cristã, levando aos fiéis à opinião do clero sobre as questões do momento.

Criada em maio de 1926 e administrada a partir da instalação do bispado de Dom Antonio Mazzarotto, em 1930; a Diocese possuía sob seu domínio oito paróquias em Ponta Grossa até o ano de 1963. Um asilo¹⁷ e três essenciais colégios confessionais¹⁸ também ofereciam à população da cidade seus préstimos, formando assim um

¹⁶ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁷ Asilo São Vicente de Paulo.

¹⁸ Colégio São Luís, Colégio São José, Colégio Sant'Ana.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

contingente de congregações religiosas de perfil diferente e por vezes contraditórias entre si. Por exemplo, os padres Missionários do Verbo Divino (S.D.V.), que administravam as paróquias: Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora do Rosário e Espírito Santo durante os anos 50 e 60, apresentavam perfil totalmente diferente dos Frades Menores Capuchinhos (OFM Cap), administradores da paróquia Imaculada Conceição.

Os Redentoristas, administradores da paróquia São José; os diocesanos, atuantes nas paróquias Sant'Ana, Santa Teresinha de Lisieux e São Sebastião e as irmãs da Sagrada Família também figuravam naquela época, representando, cada qual, sua regra. O laicato organizado também contribuía decisivamente com o projeto católico local, especialmente após a instalação do movimento mariano conhecido como Legião de Maria, em 1954. Os princípios de disciplina, oração, obediência e defesa reiterada da família cristã, inerentes ao movimento mariano, aos poucos penetravam as paróquias espelhadas pela cidade.

De certa forma, conduzir esse rebanho segundo os princípios católicos estabelecidos pela *Neocristandade*¹⁹ demandava do Bispo uma intensa atividade de controle. Para tanto, a chegada da Ação Católica Brasileira (ACB) e da própria Liga Eleitoral Católica (LEC) serviu de instrumento para o desenvolvimento do projeto de “Brasil católico” frequentemente propalado pelos sujeitos daquele tempo.

1. História Política Renovada: pressupostos teóricos para análise da relação entre catolicismo e política

O século XX teve em suas décadas, inúmeros acontecimentos decisivos para a configuração do atual cenário sociopolítico nacional e internacional. O historiador René Rémond buscou sistematizar um pouco desses eventos cruciais em sua obra *O século XX: de 1914 aos nossos dias* (1974), terceiro volume de uma coletânea denominada *Introdução à História do nosso tempo*, surgida a partir de cursos por ele conferidos quando ocupava o cargo de presidente da Universidade de Paris. Elaborado com a finalidade de ser acessível ao público não necessariamente acadêmico, a maneira como o autor aborda as diferentes temáticas, quais sejam, fascismo, nazismo, comunismo, Primeira e Segunda Guerra, além das revoluções que agitaram o mundo durante o Novecentos, tornou-se decisivo para impulsionar a solidificação do campo historiográfico em vias de renovação e que por ele seria meticulosamente defendido ao longo dos anos 80: o campo da História Política.

Tradada como História Política renovada ou Nova História Política, o campo agora retomado, após anos de rejeições e críticas advindas do interior da historiografia, trouxe consigo historiadores e historiadoras decididos a remontar a estrutura de funcionamento da área, tanto na teoria quanto na metodologia. Da contribuição desses, originou-se o *Por uma História Política*, publicado pela primeira vez em 1988 (possuindo hoje duas edições em português), obra organizada por René Rémond e constituída com a participação de Aline Coutrot, Antoine Prost, Serge Berstein, Jean-Noël Jeanneney, entre outros.

¹⁹ *Restauração Católica* e *Neocristandade* são usados neste texto como sinônimos do programa católico de atuação no Estado.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

As ponderações trazidas à baila por esses autores cumprem papel fundamental na reestruturação e remodelagem do perfil do historiador do político, antes visto como serviçal dos interesses de nações, líderes ou personagens ditos notáveis. A partir de então, a História Econômica e Social feita pelos *Annales* desde os anos 30 passava a ser conflitada pela tendência política renovada. O destaque para o papel dos políticos, dos sufrágios eleitorais, das mídias em contextos eleitorais, dos recenseamentos, das opiniões públicas, dos discursos, dos partidos políticos, das biografias, das teorias políticas e, claro, das instituições, passaram a receber análises e interpretações específicas dentro da reformulada metodologia do campo do saber histórico.

A construção dialógica do conhecimento — metodologia inerente ao campo disciplinar da História — que desde a emergência da Escola dos *Annales* vinha sendo amplamente defendida, teve outro capítulo crucial com o estabelecimento da História Política renovada. Como desconsiderar as aproximações com as Ciências Sociais no que se refere as abordagens empíricas das sociedades? Como desconsiderar a Geografia, a Ciência Política, o Direito, as Linguagens e a Ciência das Religiões?

Tendo como escopo o desenvolvimento do campo e refutando quaisquer ressentimentos para com os críticos de outrora, a História Política renovada propôs impulsionar novas perspectivas de pesquisa, novos olhares, novas discussões. Desta forma é apresentada a obra emblemática, responsável pela defesa reiterada dos fatos históricos a partir do crivo teórico-metodológico dos signatários do campo reestruturado

Este livro não é exatamente um manifesto: o termo implicaria que nos situássemos num ponto de partida, nas origens de um empreendimento comum. É mais uma afirmação coletiva, feita numa etapa do caminho e animada por duas ambições gêmeas: a de cristalizar, no espírito do público interessado, a consciência do que já se realizou, ressaltando sua unidade, e a de suscitar novas vocações, que estimulem, perturbem e inovem (RÉMOND, 2003, p. 10).

Das tantas perturbações plausíveis, uma delas recebeu endosso por parte de Aline Coutrot. Vinculada ao Instituto de Estudos Políticos de Paris, a historiadora e cientista política notabilizou-se nos escritos acerca da relação entre religião e política, focando o século XX como recorte temporal. Graças ao capítulo, *Religião e Política*, publicado na obra *Por uma História Política*, podemos averiguar a mudança de paradigma presente na construção da história das religiões, o que, de certa forma, possibilitou uma percepção diferente dos sujeitos que compõem e interagem com as religiões. Se, antes, a preocupação estava depositada no clero, nas ordens religiosas e nas biografias dos grandes padres, agora, por sua vez, eram os leigos comuns e sua capacidade de organização que passavam a receber enfoque. Mais ainda, sendo a Igreja — e aqui falamos da Igreja Católica Apostólica Romana — uma instituição de grande recepção, fabricação e compartilhamento de ideias e práticas, portanto, um decisivo *corpus* social, deve ela ser lida a partir das ligações que possui com as questões do seu tempo.

Movida pelo discurso missionário que lhe é atribuído, discurso esse que é construído —guiar o povo a Deus —, a Igreja é convocada a posicionar-se diante das discussões que emergem ao longo do tempo. Por isso, lançar sobre a Igreja um olhar

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

historiográfico é antes de mais nada retirá-la do senso comum, exorcizá-la dos espectros que procuram conduzi-la como instituição divina e alheia ao mundo em que se insere.

Scott Mainwaring, cientista político brasileiro, desde meados dos anos 80 insiste que a indagação a circundar os estudos responsáveis por abordar as relações entre Igreja e política deve ser como a primeira está envolvida na segunda, formando assim uma problematização dialética entre fatores externos à Igreja (fenômenos sociopolíticos, educacionais, hígidos, trabalhistas); e internos a ela (dogmáticos, litúrgicos, catequéticos). Ou seja, não se trata de aventar uma inserção da Igreja na política, mas sim de apontar em quais momentos e de que forma essa instituição tensionou o contexto histórico recortado.

Levando-se em consideração o princípio weberiano de leitura das instituições, aquele no qual as organizações têm como premissa constante a propagação e dissipação de sua estrutura para fins de sobrevivência, a Igreja Católica, desde fins do século XIX, procurou desenvolver estratégias para expansão de sua salutar atividade frente ao Estado cada vez mais forte e aos poucos em processo de desvinculação oficial com a religião. Forte porque antes ainda dos desdobramentos da Questão Religiosa, o Estado brasileiro já conferia à Igreja uma condição de subalternidade²⁰ na relação *tripartite* que envolvia o governo do Brasil, Roma e a Igreja no Brasil (FAUSTO, 2007). Por outro lado, a desvinculação é consequência da proclamação da República, período em que se inaugura a fase constitucional liberal republicana. Com isso, eis que o desejo de parte do clero por autonomia é enfim consumado.

Não obstante, como afirma Fausto (2007), a modificação da relação *tripartite*, mesmo que conferisse à Igreja uma condição independente do Estado, sua posição no triângulo era de ostracismo, uma vez que desconhecendo as atividades sociopolíticas governamentais e, ao mesmo tempo, estabelecendo burocrática conexão com Roma, a Igreja no Brasil carecia de reorganização para sua sobrevivência.

É nesse contexto republicano laico que a Igreja procurou instaurar seu programa de *Restauração Católica*, resgatando em três principais ideários sua base de sustentação. Esses conceitos, que circularam durante o Segundo Reinado, possuíam distinções e similitudes em pontos específicos e mesmo assim conseguiram produzir um amalgama de interesses para instauração da *Neocristandade*.

De um lado, o pensamento tradicionalista, empenhado no fortalecimento da hierarquia católica, na defesa da Igreja como *corpus* social, pois, a compreendia como dotada de funções político-sociais. Dessa característica, nascia a obrigação da Igreja em promover a organização e regulamentação da sociedade, impedindo a falta de moralidade e os abusos anárquicos. A relação entre Estado e Igreja, para esse pensamento, devia ser de união e reciprocidade, onde o primeiro sustentava a segunda e a segunda, por sua vez, legitimava o primeiro (PEREIRA, 2008).

De outro lado, o pensamento ultramontano, onde a romanização devia ser a tônica nas relações. Roma precisava manter relação direta com a Igreja no Brasil e a autoridade papal tomava a posição central e reguladora, posição essa até então atribuída ao governo brasileiro. Aqui a exclusividade do catolicismo como profissão de fé era necessária para fazer frente as novas religiões em emergência (PEREIRA, 2008).

²⁰ Vide o padroado régio e o regalismo.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Na posição central e, de certa forma, corrente que teve pequena imbricação no programa católico restaurador, ecoava o pensamento tridentino. A partir dele, constatava-se uma aproximação com a tendência tradicionalista, em especial no que se refere ao elo entre Estado e Igreja. No entanto, a pretensão tridentina prezava pela harmonia entre as instâncias (civil e religiosa), o que significava autonomia para a Igreja lidar com seus trâmites internos, recusando assim qualquer ingerência do Estado em atribuições relacionadas ao funcionamento católico. Era o rompimento sistemático com o padroado régio e com o regalismo de outrora (PEREIRA, 2008).

Retomar a condição de importante instituição diante da sociedade em completa transformação passou a nortear a reorganização da Igreja Católica no Brasil

Do final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, a preocupação primacial da Igreja era a de se estruturar e de se fortalecer internamente, de modo que a instituição passou a se expandir a partir da criação de novas circunscrições eclesiásticas e das reformas de outras (PEREIRA, 2008, p. 22).

Dessa forma, os pilares da Ação Católica, movimento impulsionado por Pio XI ainda em 1922, através da encíclica, *Ubi Arcano Consilio*²¹, foram erguidos sob os pressupostos da *Neocristandade*. A partir de agora, o objetivo da *Restauração Católica* possuía uma motivação advinda de Roma para empregar junto ao laicato seu programa de intervenção sociopolítico. A ingerência sobre o movimento laico concedia à hierarquia católica posição fortalecida e privilegiada — não era isso que o pensamento tradicionalista almejava? — e, ao mesmo tempo, começava a despontar como elo decisivo na relação *tripartite* citada alhures. Aos poucos, os nomes que compunham o Centro Dom Vital, criado em 1922, tendo como finalidade arregimentar uma intelectualidade elitista e católica, passavam a configurar também o interior da Ação Católica Brasileira (ACB): Jackson de Figueiredo, Dom Sebastião Leme, padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima, entre outros.

A década que seguiu os intensos anos 20, tratou de consolidar a Ação Católica Brasileira (ACB), especificamente a partir de 1935. O contexto da época, marcado pelos desdobramentos do primeiro golpe de estado varguista, tinha agora a destituição do sistema político em voga desde fins do século XIX. De certa maneira, o rompimento com a Carta Magna de 1891 significava à Igreja possibilidade de tensionar por intermédio do laicato organizado a confecção da nova Constituição, ou seja, fazendo uso estratégico da capacidade organizada do catolicismo, seja pela mobilização das massas ou insuflando a intelectualidade, a Igreja podia negociar ganhos consideráveis para a retomada do papel expoente frente à sociedade brasileira.

Tal capacidade foi posta em prova logo nas eleições de 1933. Naquela ocasião, considerada importante feita, pois, marcou a escolha dos deputados constituintes, o ramo de atuação da *Neocristandade* na política parlamentar se fez presente. A Liga Eleitoral Católica (LEC), criada no Rio de Janeiro, em 1932, a partir dos esforços do mesmo cardeal Leme e auxiliado por Alceu Amoroso Lima, formou contingente expressivo na composição dos eleitos em 1933, tendo padre Arruda Câmara,

²¹ https://www.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19221223_ubi-arcano-dei-consilio.html.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

representante pernambucano na Casa Legislativa e o intelectual católico Plínio Corrêa de Oliveira, figura crucial para o catolicismo conservador, vitoriosos na ocasião.

A estreia da Liga Eleitoral Católica (LEC) era o cartão de visitas da Igreja no que se refere ao crivo de candidatos considerados por ela aptos a defenderem a Doutrina Social da Igreja Católica frente às nuances do mundo moderno. O direito de participação católica na educação, na saúde, nas Forças Armadas²² (na condição de capelão), a indissolubilidade do matrimônio e a permissão de voto aos religiosos penderam a balança para o lado da instituição religiosa com a promulgação da Constituição de 1934. Fausto (2007) sistematiza os sete anos iniciais de Vargas (1930–1937) como fase de “pacto entre a Igreja do Brasil e o Estado” (FAUSTO, 2007, p. 419), para o historiador, no momento em questão, quem detinha as rédeas da situação era a Igreja Católica.

A investida de Vargas contra o Estado Democrático em novembro de 1937 levou a cabo o pacto selado com a Igreja. Não era mais necessário à ditadura estado-novista legitimação ou aceitação social perante os grupos de pressão, visto que a situação política era de exceção. Os partidos, os movimentos, o Congresso Nacional; todos foram colocados em recesso. Revogadas as garantias conferidas à Igreja com a Constituição de 1934, a relação com o Estado passou a ser de apalavramento, haja vista que a concordata entre Igreja e governo brasileiro não saiu da mesa de negociação.

No interior da Ação Católica Brasileira (ACB) a estruturação continuava. Eram instaladas sedes da ACB nas dioceses espalhadas pelo país, bem como se organizavam as Juventudes e os grupos de Homens e Mulheres a partir das idades e propostas específicas de apostolado. Zulian (2009) destaca que a instalação do Núcleo de Ação Católica no Paraná é datada em 1937, em Curitiba. Tal qual a Ação Católica, a Liga Eleitoral Católica também chegou em terras paranaenses durante os anos 30, esta, alguns anos antes que aquela.

Torna-se mister discorrer, ainda que brevemente, sobre a relevância da configuração do Estado brasileiro a partir dos pressupostos democráticos. Ao propor uma discussão sobre as tensões entre catolicismo e política-eleitoral, este projeto delimita como fundamental a definição das bases que alimentam o Estado Democrático de Direito. Para tanto, o conceito teórico selecionado para dar embasamento à pesquisa é o de Estado-Gerente, conceito esse que norteia os trabalhos dos filósofos da política: Châtelet, Duhamel e Pisier.

Elaborado a partir da transformação da filosofia que amparava o liberalismo em fins do século XIX, as nuances que formatam o Estado-Gerente são comumente estabelecidas com intuito de delegar ao Estado a condição de gerenciador da sociedade. Longe de ser ele o dono do poder, o Estado-Gerente cumpre as seguintes funções: mitigar as desigualdades causadas pelo discurso meritocrata (reformismo), promover o respeito às diferenças de pensamento, inclusive as de filiação e ligação partidária (pluralismo político), e a defesa da liberdade e do direito de acesso aos serviços de maneira indiscriminada (humanismo). É cumprindo essas condições que o Estado-Gerente, composto por um governo de eleitos, será capaz de desempenhar as atividades para as quais lhe foi confiado pela maioria, quando da realização de sufrágios universais.

²² No quesito militar, foi negociado a não obrigatoriedade do serviço aos religiosos.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Com a garantia da liberdade, os projetos políticos à direita e à esquerda tendem a tensionar contextos históricos, ainda mais quando esses contextos marcam renovações em esferas públicas. É sob as bases dessa configuração de Estado que este trabalho é pensado, uma vez que ele se propõe a perscrutar as tensões causadas pelo catolicismo organizado em períodos sinalados por eleições municipais específicas enquadradas no virgilar da República liberal (1946–1964).



2. O catolicismo organizado em Ponta Grossa: tensões e reflexões

Anos após a LEC ser instalada na arquidiocese de Curitiba, Dom João Francisco Braga é sucedido por Dom Ático Eusébio da Rocha e a Junta Estadual da LEC, administrada por Alcebíades de Faria (presidente); Loureiro Fernandes; Valdemiro Teixeira de Freitas; Linguarú Espírito Santo; Alceu Martins de Albuquerque e Raul de Carvalho, atuaria na mobilização do voto católico até 1937 – quando da deflagração do golpe varguista.

Em Ponta Grossa, sob bispado de Dom Antonio Mazzarotto, o laicato já mobilizava forças sob as “bênçãos do Bispo” para formar a Junta Regional em meados de 1933. A partir da Junta Regional, a LEC organizaria Juntas Locais com finalidade de alistar o maior contingente de eleitores possível, bem como referendar candidatos dispostos a sustentar os princípios da Igreja na atuação pública. A historiadora Zulian (2009) traz a organização da primeira fase da LEC em Ponta Grossa e nos Campos Gerais

A Junta Regional estava assim constituída: presidente - João Cândido Fortes; secretário - José Farani Mansur Guérios; membros – Antonio Dechandt e Estevam Coimbra. Integravam a Junta Local masculina: presidente - João Luiz Pereira da Costa; membros – Augusto Canto, João Ditzel e Francisco Thomaz Alves. A Junta feminina era formada por Hermelinda de Barros e Silva, Sophia Guimarães Villela, Leocadia Ramos e Maria Luiza Machado. É possível perceber a repetição de alguns nomes divulgados pelo jornal quanto à possibilidade da formação do partido católico e que aparecem na diretoria regional e local da LEC: Brasil Pinheiro Machado, José Farani Mansur Guérios, João Ditzel, João Luiz Pereira da Costa (ZULIAN, 2009, p. 220).

O retorno da atuação católica organizada na política parlamentar somente foi possível após a restauração da democracia, com a queda do Estado Novo em 1945. Reorganizada em sua esfera estadual, a Junta da LEC em Ponta Grossa abria seus trabalhos com sessão solene, isso em agosto de 1945. Na ocasião, Nivon Weigert proferiu no auditório da Rádio Clube Pontagrossense considerações sobre o catolicismo local, a importância do Bispo Mazzarotto e a instalação da LEC

Ponta Grossa que se ufana dos seus imarcescíveis sentimentos católicos, cultivados pelo zelo e carinho inexcedíveis do nosso preclaro Bispo D. Antonio e de seus dedicados auxiliares, os piedosos vigários e padres desta diocese, garante, dentro da sua alçada, o êxito completo dos transcendentais postulados da L.E.C., que se confunde com o ideal de um Brasil católico, grande, forte e generoso.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

(Palavras proferidas pelo dr. Nivon Weigert, por ocasião da instalação solene da Liga Eleitoral Católica de Ponta Grossa, realizada no auditório da Rádio Clube Pontagrossense, a 19 do corrente) (O Dia, 22 de agosto de 1945).



O mesmo professor Nivon Weigert, responsável pelo discurso carregado de apelo ao “Brasil católico”, dois anos mais tarde seria o vereador mais votado pelo Partido Social Democrático (PSD) ponta-grossense, assumindo a presidência da Câmara dos vereadores para o biênio 1947–1948. Na década seguinte, ocuparia a função de Secretário da Educação durante a gestão do governador Moysés Lupion (PSD).

Interessado em fazer valer sua capacidade organizativa, a Igreja renovou seu incentivo na campanha em prol da responsabilidade cristã de alistamento eleitoral. Rejeitado pela cúpula desde sempre, a fundação de um partido católico fugia aos interesses da hierarquia devido ao seu caráter independente e, ao mesmo tempo, uniformizador, uma vez que, caso criado um partido católico, os políticos não filiados a ele, perderiam os laços com a Igreja. A equação é simples: investindo mais uma vez na LEC, que detinha caráter suprapartidário, seria mais proveitoso e numericamente mais vantajoso para a Igreja lançar apoio aos nomes que, independentemente da legenda, assumissem compromisso mútuo com o programa católico. De compromissado selado, os nomes de petebistas, pessedistas e udenistas ecoavam em jornais e panfletos da época, promovendo assim uma espécie de orientação político-eleitoral aos católicos atônitos pela ameaça das ideologias revolucionárias — comunismo ateu e o liberalismo, ainda que este último oferecesse menor preocupação ao clero.

Com os ganhos na Constituição de 1946 não maiores dos que obtivera em 1934, a estrutura da LEC que se espelhava no modelo originário de 1932 caminhava a passos largos em direção à mudança. O comando do clero e associações do laicato, antes submetidas ao centralismo de Dom Leme, a partir de 1942 passou às mãos de Dom Jaime de Barros Câmara. Nesse contexto surgiria o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) seria posto na ilegalidade, a Ação Católica Brasileira (ACB) sofreria processo de renovação de modelo e a CNBB despontaria como consequência das iniciativas propostas por Hélder Câmara.

Nascida em outubro de 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tratou de organizar em secretariados os apostolados que na ocasião lhe eram convenientes. De início surgiram sete, sendo o outro estabelecido no ano seguinte. Entre os sete primeiros, o mais importante para este trabalho trata-se da Liga Eleitoral Católica, que mesmo em tempos diferentes daquele em que fora projetada (anos 30), ressurgia em 1952 como secretariado, subordinado a Comissão Permanente Nacional, chefiada por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. Dentre as atribuições do secretariado, o envio de documentação regimental às dioceses brasileiras para que se ativassem Juntas Estaduais, Regionais, Municipais e Locais oficializou reestruturação da entidade.

Dom Manuel d’Elboux, Arcebispo de Curitiba, seguindo a norma da CNBB, ativava em julho de 1953 a LEC na arquidiocese e, por meio do mesmo decreto solicitava aos Bispos sufragâneos a submissão de participantes para composição dos trabalhos da Liga — Ponta Grossa era uma dessas dioceses abrangidas pelo decreto. Em plena década pré-Concílio Vaticano II e com a Igreja vivendo séria transformação interna, a tensão do mundo bipolarizado (URSS x EUA) culminou com a elaboração da

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

terceira via proposta pelos católicos para fazer frente ao capitalismo selvagem e ao comunismo ateu. Baseado no humanismo cristão reformador, isto é, buscando uma reforma moderada do sistema desigual, o projeto político defendia restrições específicas para evitar o flerte com o temido socialismo e, ao mesmo tempo, propunha medidas para breçar quem eles acreditavam ser o culpado pela “ameaça vermelha”: o capitalismo ferrenho. O historiador Carneiro Júnior (2014) ressalta o papel da reestruturada Liga durante os anos dourados da seguinte maneira:



Passava a ser oferecida aos leigos toda uma organização de círculos de reuniões, com temas definidos e bem estruturados, em que o ponto central era a conscientização política dos cristãos. As eleições de 1954, para prefeituras das capitais, duas vagas no Senado, para a Câmara de Deputados e para as Assembleias Legislativas, e de 1955 para Presidência da República, Governos Estaduais, demais prefeituras do interior e Câmaras Municipais, eram os alvos principais. Era preciso barrar o avanço daqueles que pensavam em alterar radicalmente o jogo político e garantir, ao mesmo tempo, a influência da Igreja na condução dos destinos do Estado. Para isto, seria necessário estimular candidatos que, imbuídos dos valores cristãos, estivessem dispostos a empreender reformas de modo a modernizar a sociedade brasileira (CARNEIRO JÚNIOR, 2014, p. 76).

Sob a convicção do Arcebispo, a direção da recém-reestruturada LEC em Curitiba tinha Orlando de Oliveira Mello (presidente); João Lacerda Braga (secretário) e José Luiz Demeterco (tesoureiro), dispostos a levar adiante o programa de conscientização e mobilização do eleitorado católico paranaense. O mesmo historiador Carneiro Júnior (2014) que salienta a influência da LEC nas eleições municipais curitibanas de 1954, adverte para uma escassa historiografia sobre a LEC no período pós-CNBB. Ainda que seu trabalho parta da ideia de que apenas a Junta Estadual da LEC atuou no Paraná após a reestruturação da entidade, ele nos ajuda a traçar um plano de investigação acerca da atuação católica na esfera ponta-grossense entre os anos 50 e início dos 60. Afinal, como uma cidade com tamanha importância em âmbito regional e estadual ficaria alheia às discussões político-religiosas que marcaram os anos pré-Vaticano II? Ademais, sob o bispado de um religioso ímpar como Dom Antonio Mazzarotto, seria a política municipal esfera desconsiderada pelo movimento católico? Eis alguns questionamentos que implicam a este trabalho um árduo e laborioso, porém, prazeroso processo de investigação histórica.

Uma breve ida às fontes que abrangem a década recortada nos possibilita encontrar nomes como José Hoffmann, Vicente Frare, Arthur Nadal, além de políticos não mais interessados em concorrer ao poder municipal diretamente, mas que mesmo assim tensionavam sua disputa por meio da mídia — caso de João Vargas de Oliveira, ex-prefeito udenista ligado à LEC, que adquiriu o Jornal da Manhã em 1961.

O objetivo da pesquisa, a tensão entre religião e política, não se furtava de estampar jornais da época, o que, além de conduzir este trabalho a lidar com as fontes jornalísticas, exige do historiador uma acuidade *sui generis*. Retirando a notícia do senso comum e estabelecendo buscas específicas que apontem por conexões, o fato veiculado pela imprensa pode ser considerado potencial indicador. Tomemos como exemplo a seguinte notícia:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Clero Dividido

- Também de Ponta Grossa: o clero está dividido naquela cidade diante as eleições municipais. O bispo da diocese, Dom Antônio Mazzarotto, acredita que os paroquianos devem votar no senhor Arthur Nadal “por ser um católico mais tradicional que o sr. Vicente Frare”. Por outro lado, Dom Geraldo Pellanda, bispo coadjutor, está acompanhando de perto a campanha deste último candidato (Correio do Paraná: órgão do Partido Liberal paranaense (PR), 23 de julho de 1963).



Qual seria a intenção do periódico em divulgar tal matéria cerca de três meses antes do pleito eleitoral? A capacidade de condicionar o leitor e eleitor católico ao engajamento na campanha de um determinado candidato pode ser presumido a partir de uma simples publicação? O catolicismo laico e organizado estaria, ainda no início dos anos 60, formado sob as bases do secretariado da LEC?

A matéria acima, veiculada por um jornal sediado na capital paranaense, não deve ser descartada como fonte de tensão entre a religião e a política, no entanto, tal tensão carece de maiores apontamentos que assim possibilitariam conexões, a saber, o grau de recepção da notícia em Ponta Grossa, a potencialidade da campanha de ambos os candidatos, os projetos e a vida pregressa de ambos, visto que tais características são condições básicas para obtenção de apoio formal da religiosidade organizada. Ademais, o comunicado do clero seria suficiente para impulsionar uma campanha?

Caso a pergunta fique apenas na tensão causada por uma manifestação oficial do catolicismo organizado, algumas conexões somadas ao estopim supracitado poderiam trazer respostas conclusivas. Fontes indicando encontros frequentes entre lideranças católicas e candidatos, o que indicaria uma inclinação em favor da candidatura do político, seria um exemplo de conexão. Mais ainda, uma lista referendando nomes apoiados pela entidade católica (como feito pela LEC anos atrás) também responderia à indagação levantada. Contudo, essa última forma, ao que tudo indica, deixou de ecoar ao longo dos anos 50, sendo necessária uma visão aguçada do historiador para apontar as inter-relações entre os sujeitos envolvidos na tensão problematizada.

O formato de atuação católica organizada na política deu-se até 1964, quando, mais uma vez, o Estado Democrático de Direito teve seu funcionamento vilipendiado: era o início da ditadura civil-militar. Vendo claros sinais de fracasso nos resultados produzidos pela LEC ainda nos fins de 1950, a hierarquia católica, de forte tendência à direita no espectro ideológico, deu sua última cartada na tentativa de fazer frente aos projetos políticos que, na visão dela, ameaçavam o “Brasil católico”. Por intermédio de Dom Jaime de Barros Câmara, surgiu em 1962, em consonância com as atribuições antes pertencentes à LEC, a Aliança Eleitoral pela Família (ALEF). O discurso do cardeal para justificar a instauração da ALEF, que, de fato, atuou em apenas algumas grandes cidades do Brasil (Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo) girava em torno do caráter protetor e orientador da Igreja. Segundo o cardeal: “preciso prestar contas a Deus do rebanho que a Divina Providência me confiou e por isso, não calará a voz da Igreja enquanto faltar vergonha e consciência política”²³ (CÂMARA, 1962); interessante constatar que, especialmente em 1964, marchas com teor moralista e cristão tomariam as ruas das capitais estaduais para contrariar as reformas de base propostas

²³ Dom Jaime de Barros Câmara. Diário da Tarde, 29 de junho de 1962, p. 5.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

pelo então presidente João Goulart (PTB). Seria a ALEF agindo na política? Não podendo afirmar a agência da ALEF, nem mesmo cravando a participação da LEC no momento em questão na política ponta-grossense, este texto se respalda na garantia de que conexões, ao serem investigadas, apresentarão resultados importantes para os interessados na tensão católica causada durante as escolhas dos representantes do povo na cidade de Ponta Grossa.



Considerações finais

A década de 50 foi um período de intensa movimentação política interna e externa à Igreja católica. A busca por resoluções dos problemas que preocupavam o clero, levou a instituição à adoção de estratégias específicas para manutenção dos status de *corpus social*, estratégias, por vezes, controversas. Era justamente a pluralidade ideológica interna à Igreja que possibilitou um período de catolicismo conciliador, onde a sustentação do projeto burguês modernizador do Estado dividia o apoio eclesial com as reivindicações das classes subalternas — sobretudo os trabalhadores do campo que não detinham legislação trabalhista.

Os desdobramentos e preocupações do clero para com os rumos da política no Brasil tiveram novos capítulos com a criação da CNBB, pois, as Secretarias que emergiram junto dela possuíam caráter apostólico. No que se refere a eleição, a Liga Eleitoral Católica (LEC) foi recuperada e reinstalada por decretos episcopais em Arquidioceses e Dioceses do país. Não se furtando do poder simbólico que possui, a instituição católica usou do discurso e dos dogmas para mobilizar e tensionar o voto dos fiéis, sempre na ânsia de evitar a vitória de lideranças comunistas.

O êxito do programa católico de mobilização e conscientização do voto, em grande parte, deve-se a capacidade dos núcleos intelectuais em formar estratégias de atuação e condução do eleitorado cristão. Em Ponta Grossa, a Liga Eleitoral Católica (LEC) em suas fases de funcionamento possuía professores, magistrados e engenheiros (profissionais liberais) em sua composição administrativa. A figura de um bispo como Dom Antonio Mazzarotto, detentor de perfil católico tradicionalista, ajudava a difundir o ideal conservador pelas paróquias, o que, de certo modo, servia de impeditivo para a formação de redutos comunistas na cidade.

Outro detalhe a ser ressaltado, gira em torno dos candidatos a prefeito durante os anos 50 e início dos anos 60, pois, boa parte deles, ainda que não apoiados oficialmente pela Igreja Católica, professavam a fé católica como doutrina religiosa. Esse fato torna a pesquisa ainda mais interessante e convidativa, haja vista que as tensões deviam ser cada vez mais fortes entre os candidatos na busca pelo crivo do catolicismo local.

Referências

AZEVEDO, D. . A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, p. 109 - 120, 09 jun. 2004.

BONAVIDES, Paulo. A Nação. In: BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 10.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

CARNEIRO JÚNIOR, Renato Augusto. *Religião e Política: a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições de 1954*. – Curitiba: SAMP, 2014. 238 p.



CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Évelyne. O Estado-Gerente. In: CHÂTELET, François. *História das ideias políticas* [Trad. Carlos Nelson Coutinho]. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

FAUSTO, Bóris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (Tomo III) – O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964) vol. 11. Rio de Janeiro, Editora Bertand Brasil Ltad. 2007.

RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo, Cultrix, 1974.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)* [Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto]. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PEREIRA, Luciana de Lima. *A Igreja Católica em “tempos mundanos”: a luta pela construção de uma neocristandade em Teresina (1948-1960)*. Teresina. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2008. 242 fls.

WEBER, Max. Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* [Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; ver. téc. Gabriel Cohn, 3ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 464 p.

ZULIAN, R.W. *Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Mazarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930-1965)*. Florianópolis, 2009. 438 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.